

## AS NAÇÕES UNIDAS E A REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES CIVIS MILITARES EM MISSÕES DE PAZ

Thomas Ferdinand Heye<sup>1</sup>  
Renan Bastos Rosas<sup>2</sup>

**RESUMO** - Este artigo analisa o papel das Nações Unidas na regulação das relações de poder entre civis e militares em missões de paz. Para tanto, investigamos como a ONU influencia e regula efetivamente as relações civis-militares e mapeamos as suas diretrizes e protocolos para avaliar sua eficácia na e apreender as percepções dos atores envolvidos. A pesquisa revelou que as diretrizes estabelecidas pela ONU são fundamentais, mas enfrentam desafios complexos na prática e concluiu que uma abordagem flexível e adaptativa é mais adequada.

**Palavras-chave:** Operações de Paz. Organização das Nações Unidas. Relação civil-militar em Operações de Paz.

**ABSTRACT** - This article analyze the role of the United Nations in regulating power relations between civilians and military in peacekeeping missions. The overall aim of this study was to investigate how the UN influences and effectively regulates the relations in missions, and what the main challenges and opportunities are in this context. To achieve this goal we investigate UN guidelines and protocols, to assess their effectiveness in practice, to understand the perceptions of the involved actors. The research revealed that the guidelines set by the UN are crucial, but face complex challenges in practice and concluded that a flexible and adaptive approach is essential for optimization.

**Keywords:** Peace Operations. United Nations. Civil-military relationship in Peace Operations.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política. Professor da Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF)

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID/ESG). Graduado em Direito e Investigação Forense e Perícia Criminal (UNESA)

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a complexidade das operações de manutenção da paz das Nações Unidas (ONU) tem crescido exponencialmente. Estas missões, outrora consideradas como mecanismos de supervisão simples e neutralidade inequívoca, hoje são multifacetadas e enfrentam intrincadas dinâmicas de poder. A interação entre civis e militares nas missões de paz tornou-se um pilar crítico para o sucesso e a eficácia dessas intervenções.

O entendimento dessas relações é crucial para garantir que as operações de paz não apenas cumpram seus mandatos, mas também façam isso de maneira a proteger e promover os direitos e a segurança dos civis. A organização tem reconhecido a necessidade de uma coordenação mais estreita entre os componentes de suas missões. Esta coordenação tem o potencial de aperfeiçoar os recursos, reduzir redundâncias e, o mais importante, garantir que as ações no terreno sejam conduzidas com uma compreensão clara e unificadas dos objetivos da missão.

A regulação dessas relações não é tarefa fácil. Há desafios inerentes na combinação de culturas, procedimentos e objetivos distintos. A ONU tem buscado abordar esses desafios por meio de treinamentos conjuntos, diretrizes operacionais e esforços para promover uma cultura de respeito mútuo e compreensão entre os diferentes componentes da missão.

A convergência de interesses e a efetiva colaboração entre civis e militares podem ser vistas não apenas como meios para melhorar a eficiência operacional, mas também como uma forma de assegurar que as missões de paz alcancem seus objetivos finais: a construção de uma paz duradoura e o bem-estar dos cidadãos nos países anfitriões. Em última análise, a capacidade de adaptar-se e responder eficazmente às dinâmicas em evolução das relações de poder no contexto determinarão o legado e a relevância contínuos de suas operações no cenário global.

Investigar a interação e a regulamentação das relações de poder entre civis e militares sob a égide das Nações Unidas em missões de paz é o objetivo geral desta pesquisa. Portanto, serão analisadas as fontes confiáveis e os avanços recentes na área, a fim de contribuir para o debate acadêmico e fornecer subsídios para futuras pesquisas. A fim de alcançar esse objetivo geral e comprovar o conhecimento aprofundado sobre o assunto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Mapear as diretrizes e protocolos das Nações Unidas que regulamentam a interação entre civis e militares em missões de paz;
- Avaliar a eficácia dessas diretrizes na prática, identificando desafios e sucessos nas missões passadas e presentes;
- Compreender a percepção dos atores civis e militares sobre sua relação nas missões de paz e como isso influencia a execução dos mandatos;
- Analisar os impactos das dinâmicas de poder na segurança e bem-estar dos civis em áreas de conflito;
- Identificar recomendações e melhorias para fortalecer a colaboração entre civis e militares.

A fim de atingir os objetivos estabelecidos e abordar as categorias necessárias, testamos a seguinte hipótese: a ONU influencia e regula efetivamente as relações de poder entre civis e militares em missões de paz. Neste sentido a nossa variável dependente são as missões de paz e a nossa variável independente são os esforços de regulação nas relações civis-militares.

A pesquisa é importante uma vez que proporciona novas perspectivas sobre a dinâmica fundamental que molda a implementação e o sucesso das missões de paz, um tópico de relevância global que impacta diretamente a segurança, a governança e os direitos humanos em regiões de conflito. Além disso, há uma lacuna na literatura que detalha como a interação entre civis e militares é efetivamente conduzida. Esta pesquisa pretende preencher essa lacuna, explorando os mecanismos, desafios e soluções em contextos específicos de missões de paz.

Diante dos objetivos estabelecidos, o estudo se desenvolveu ao longo dos seguintes tópicos. Inicialmente concentrou-se o foco nas Diretrizes e Protocolos das Nações Unidas, para em seguida analisar a Efetividade das Diretrizes na Prática. Por fim, concluímos com as Percepções e Relações entre Civis e Militares e seus Impactos nas Missões de Paz.

## DIRETRIZES E PROTOCOLOS DAS NAÇÕES UNIDAS

As missões de paz das Nações Unidas emergiram no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente concebida como instrumentos para supervisionar cessar-fogo e evitar rescindimentos de conflitos. Desde então, sua natureza, escopo e diretrizes sofreram transformações substanciais, refletindo as mudanças no panorama geopolítico e nos padrões de conflito no pós Guerra Fria.

Inicialmente, as missões eram caracterizadas por observações militares e funções de interposição. No entanto, a complexidade dos conflitos nas décadas de 1980 e 1990, particularmente nas regiões dos Bálcãs e da África, exigiu uma abordagem mais abrangente. Assim, o escopo expandiu-se para incluir a proteção de civis, o desarmamento, a desmobilização e reintegração de ex-combatentes, bem como a promoção de reformas políticas e de direitos humanos (NASCIMENTO, 2021).

A necessidade de regulamentações mais claras tornou-se evidente, dada a amplitude dos mandatos e a variedade de atores envolvidos. Durante as décadas de 1990 e 2000, a ONU adotou uma série de diretrizes, princípios e protocolos para orientar a conduta. Essas orientações buscavam, entre outros objetivos, maximizar a eficácia das operações e minimizar os danos colaterais. As mudanças nas diretrizes também refletem as lições aprendidas com os desafios enfrentados em operações anteriores. Conflitos intrincados, onde as linhas entre combatentes e não-combatentes frequentemente se confundem, exigiram uma capacidade mais sofisticada de discernimento e resposta (PINTO, 2020).

A interação entre civis e militares nas missões de paz das Nações Unidas é moldada por uma série de princípios essenciais que procuram garantir a eficácia, integridade e respeito mútuo entre ambas as partes. Estes princípios não só servem como guias de conduta, mas também são pilares para a construção de um ambiente colaborativo e harmonioso em cenários muitas vezes voláteis (ROMÃO, 2023).

A distinção estabelece que, mesmo em situações de conflito, deve haver uma diferenciação clara. Os militares, ao operarem em terreno, são instruídos a proteger a população, evitando causar dano desnecessário e minimizando o impacto de suas ações nas comunidades locais (SOUZA, 2021).

Ambos devem abster-se de tomar partido em conflitos, garantindo que sua atuação se mantenha objetiva e neutra. Este compromisso com a imparcialidade permite que as operações da ONU gozem de legitimidade e confiança por parte dos grupos em disputa e da população local. A complementaridade é também um aspecto fundamental, reconhecendo que os ambos trazem habilidades e perspectivas distintas para a mesa. Em vez de operarem em silos isolados, a colaboração integrada entre estes dois grupos é essencial para abordar os desafios multifacetados das situações encontradas em missões de paz (FERNANDES, 2020).

As missões de paz das Nações Unidas, ao longo dos anos, desenvolveram um conjunto robusto de mecanismos de elaboração e monitoramento para garantir que suas operações sejam efetivas, transparentes e alinhadas com os padrões e diretrizes estabelecidas pela organização. Estes mecanismos são cruciais para aperfeiçoar os esforços no terreno e para proporcionar uma avaliação contínua de progresso e desafios (ZECA, 2020).

Os mecanismos de implementação muitas vezes envolvem uma estrutura hierárquica, com canais de comunicação bem definidos. Esta estrutura permite uma coordenação integrada entre diferentes setores e atores, garantindo que recursos, informações e habilidades sejam compartilhados e utilizados de forma eficaz. Além disso, a capacitação regular e programas de treinamento são instituídos, assegurando que tanto o pessoal civil quanto o militar esteja atualizado quanto às melhores práticas e diretrizes em vigor (ROMÃO, 2023).

O monitoramento, por sua vez, é uma função contínua e abrangente. Equipes dedicadas, utilizando ferramentas e tecnologias avançadas, observam e registram atividades, identificam desafios e reportam as descobertas a superiores e à sede da ONU. Esta coleta de dados é então analisada, fornecendo determinantes sobre a eficácia das operações e áreas de possível melhoria (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

Além da supervisão interna, a colaboração com organizações parceiras, tanto governamentais quanto não governamentais, permite uma visão externa e complementar. Estes atores muitas vezes oferecem relatórios e *feedbacks* valiosos, proporcionando uma perspectiva adicional sobre a atuação da ONU em cenários específicos. A retroalimentação, originária desses processos de monitoramento, é então incorporada na revisão e ajuste de estratégias e táticas. Isso cria um ciclo contínuo de aprendizado e adaptação, onde lições aprendidas são rapidamente

aplicadas, fortalecendo assim a abordagem em suas missões (SOUZA, 2021).

A formulação e atualização de diretrizes são atividades cruciais, porém repletas de complexidades e desafios. Tais normas não apenas determinam o curso das operações no terreno, mas também refletem as expectativas da comunidade internacional e a aspiração de proteger populações vulneráveis (PINTO, 2020).

À medida que os contextos geopolíticos se transformam, surgem novos atores, interesses e desafios. Assim, as diretrizes que eram pertinentes em uma década podem tornar-se obsoletas ou menos eficazes no cenário seguinte. Adaptação contínua é, portanto, essencial, mas também impõe a necessidade de avaliações frequentes e reajustes (NASCIMENTO, 2021).

Ao formular ou revisar normas, a ONU deve considerar perspectivas de Estados-membros, organizações parceiras, comunidades locais e outros grupos de interesse. Conciliar essas visões variadas pode ser um exercício complexo, dada a multiplicidade de agendas e prioridades. A burocracia, frequentemente, também é um entrave. Processos internos e procedimentos de revisão podem ser demorados, levando a atrasos no desenvolvimento de mudanças necessárias. Enquanto os debates e discussões são fundamentais para garantir diretrizes robustas, a celeridade também é crucial.

A trajetória é pontilhada tanto por histórias de sucesso quanto por momentos em que as normas não se materializaram de forma eficaz no terreno. Essas experiências, sejam elas positivas ou negativas, servem como valiosos aprendizados, oferecendo informações sobre as melhores práticas e áreas de potencial aprimoramento (NUNES, 2021).

Por um lado, houve situações em que a aplicação precisa das diretrizes resultou em proteção robusta das populações civis e a estabilização de regiões em conflito. Em certos cenários, o alinhamento harmonioso entre as forças militares e os atores civis, respaldado por diretrizes claras e eficazes, levou a resultados tangíveis e duradouros. Estes sucessos não apenas validaram as abordagens adotadas, mas também fortaleceram a confiança na capacidade da ONU de gerenciar e resolver conflitos (GÓIS, 2023).

Desse modo, houve contextos em que, apesar das diretrizes bem formuladas, as implementações ficaram aquém das expectativas. Em alguns casos, a falta de clareza na comunicação, recursos insuficientes ou desafios imprevistos no terreno levaram a resultados menos que ideais.

Em outros cenários, discrepâncias entre as expectativas delineadas nas diretrizes e a realidade prática resultaram em lacunas operacionais. Estas situações, por mais desafiadoras que sejam, lançaram luz sobre as vulnerabilidades dos sistemas em vigor e catalisaram esforços de revisão e reforma.

## **A EFETIVIDADE DAS DIRETRIZES NA PRÁTICA**

A conjuntura contemporânea das missões de paz das Nações Unidas demonstra uma tapeçaria rica e multifacetada, refletindo as mudanças geopolíticas e os desafios emergentes no cenário global. Ao avaliá-las, observa-se um amplo espectro de contextos, variando de situações de conflito de alta intensidade até nuances diplomáticas sutis que demandam interações sofisticadas entre partes envolvidas.

Uma característica notável é a interdependência crescente entre os atores civis e militares. Em muitas destas intervenções, percebe-se que a eficácia no terreno depende intrinsecamente da coordenação harmoniosa e do entendimento mútuo entre esses atores. As dinâmicas evoluíram para além das simples demarcações de responsabilidades; trata-se agora de um esforço colaborativo em que ambas as facetas, civil e militar, se complementam para alcançar objetivos comuns (CARVALHO, 2019).

Em seu estudo, Martins Filho e Uziel (2015) discutem a complexidade inerente às operações de manutenção da paz e o papel crucial do Secretariado das Nações Unidas em tais missões. O argumento central é que o Secretariado não apenas coordena as operações, mas também trabalha na linha tênue que separa o poder civil do militar dentro das zonas de conflito, assegurando que a governança e a ordem sejam mantidas enquanto se busca a paz.

Diversos fatores, como a presença de múltiplos grupos armados, agendas geopolíticas concorrentes e desafios humanitários prementes, tornam a tarefa de manutenção da paz um empreendimento cada vez mais desafiador. A necessidade de adaptabilidade e resiliência nunca foi tão crucial para os esforços de paz da ONU (BEZERRA, 2019).

Já Uziel e Vargas (2018) concentram-se na política de financiamento dessas operações, evidenciando como a alocação de recursos pode refletir as dinâmicas de poder entre nações e como essas finanças impactam diretamente a eficácia das missões de manutenção da paz, potencialmente afetando o equilíbrio entre as forças civis e militares no terreno.

Enquanto a estabilização imediata permanece fundamental, a ênfase tem sido cada vez mais deslocada para estratégias de longo prazo que visem estabelecer as fundações de uma paz duradoura. Este aspecto destaca a relevância de abordagens holísticas que integram desenvolvimento socioeconômico, justiça e reconciliação (LUZ, 2019).

Por parte dos atores civis, a prioridade muitas vezes recai sobre a restauração dos serviços básicos, a proteção dos direitos humanos e a promoção da governança transparente. Estes atores, sejam eles organizações não governamentais, grupos comunitários ou autoridades locais, buscam estabelecer um senso de normalidade e retomar o ritmo da vida diária nas regiões afetadas. Eles tendem a enfatizar a importância da inclusão, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e que os esforços de reconstrução sejam equitativos e justos (NASCIMENTO, 2021).

Contrastando, as entidades militares concentram-se primordialmente na estabilidade e segurança, procurando neutralizar ameaças e restaurar a ordem. Estas forças, em sua essência, operam sob mandatos claros e objetivos definidos, orientados para a pacificação e a prevenção de futuros conflitos. No entanto, o reconhecimento da necessidade de colaboração com entidades civis tornou-se cada vez mais evidente. O papel militar evoluiu de uma postura estritamente securitária para uma mais integrada, onde o diálogo e a parceria com os atores civis são vistos como imperativos para a sustentabilidade dos esforços de paz (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

O equilíbrio entre estas respostas não é sempre fácil. Ocorrem tensões inerentes às diferenças de mandatos, objetivos e metodologias. Contudo, há também inúmeros exemplos de colaborações frutíferas, onde civis e militares trabalham conjuntamente para alcançar resultados que seriam inatingíveis individualmente (NUNES, 2021).

Dentro da complexa tessitura das missões de paz, os desafios enfrentados no terreno frequentemente transcendem os meramente táticos ou logísticos. Em muitos contextos, as forças e entidades envolvidas confrontam-se com obstáculos intrincados que afetam tanto sua operacionalidade quanto sua integração com as comunidades locais (ROZAS, 2019).

Terrenos inóspitos, infraestrutura inadequada e falta de acessibilidade a áreas remotas podem complicar as operações, retardando a entrega de ajuda humanitária ou a resposta a crises emergentes. Estas circunstâncias requerem uma adaptação contínua e a criação de estratégias para superar tais restrições geográficas (AMARAL, 2021).

A presença de múltiplas facções ou grupos armados, cada um com suas agendas e interesses, muitas vezes torna o cenário volátil. Esta volatilidade pode ser exacerbada por questões étnicas, religiosas ou tribais, cujas raízes históricas profundas informam as dinâmicas locais e influenciam as percepções e expectativas das comunidades (PINTO, 2020).

As dinâmicas de poder entre as nações e as decisões tomadas em fóruns internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, frequentemente moldam a amplitude, profundidade e natureza das intervenções. Uma decisão ou postura de uma grande potência pode direcionar ou reorientar missões, afetando diretamente sua capacidade de operação e os recursos disponíveis (ZECA, 2020).

Adicionalmente, flutuações econômicas, crises financeiras ou embargos comerciais podem afetar a capacidade dos Estados-membros de financiar ou apoiar missões de paz. Estes cenários econômicos, por sua vez, podem influenciar a estabilidade de uma região, criando desafios ou exacerbando tensões existentes (BAREA, 2021).

A mídia e a opinião pública internacional também são fatores inegavelmente influentes. A maneira como elas são retratadas na mídia global pode moldar percepções, gerar apoio ou ceticismo e, em certos casos, pressionar tomadores de decisão a ajustar estratégias ou abordagens. Em um mundo cada vez mais interconectado, a narrativa em torno de uma missão é vital e pode ser tanto um ativo quanto um obstáculo (GÓIS, 2023).

Em face dos desafios práticos, diversas medidas têm sido estabelecidas e aperfeiçoadas para assegurar uma intervenção mais efetiva e adaptativa. Cada abordagem busca responder às peculiaridades do ambiente operacional e aos obstáculos inerentes a ele. Inicialmente, a capacitação e treinamento dos envolvidos têm recebido investimentos significativos. A formação contínua e a preparação específica para diferentes cenários possibilitam uma resposta mais ágil e adequada às circunstâncias encontradas. Em complemento a isso, os programas de treinamento agora englobam não apenas estratégias militares, mas também aspectos culturais, linguísticos e sociais das regiões-alvo, garantindo uma

integração mais harmoniosa com as comunidades locais (CARVALHO, 2019).

A implementação de tecnologias avançadas também é uma ferramenta crescentemente reconhecida. Ferramentas de comunicação modernas, drones de monitoramento e sistemas de informação geográfica auxiliam na coleta de dados, monitoramento e tomada de decisões, ampliando significativamente o alcance e a precisão das operações (GUERRA e BLANCO, 2018).

Assim, a colaboração interagências tem se mostrado fundamental. Estabelecendo canais de comunicação eficientes entre os diferentes atores, sejam eles militares, civis ou organizações não governamentais, promove-se um ambiente de trabalho sinérgico.

## **PERCEPÇÕES E RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES**

As perspectivas dos atores civis em relação à presença militar em missões de paz são frequentemente pautadas por experiências passadas e pelo contexto atual. A compreensão dessas perspectivas é essencial para moldar abordagens que sejam sensíveis às preocupações e aspirações das populações afetadas.

Da mesma forma, questões culturais e sociais desempenham um papel preponderante. Em sociedades onde o papel do exército foi historicamente associado à repressão ou a violações de direitos humanos, os civis podem ver com suspeita qualquer forma de presença militar, independentemente de sua origem ou intenção. A proximidade com a comunidade local, o respeito às tradições e a capacidade de se comunicar de maneira eficaz podem atenuar tais receios (GLASSMANN, 2020).

Enquanto a chegada de tropas pode trazer benefícios econômicos temporários, como empregos ou comércio também podem levar à inflação de preços e deslocamento de populações, causando inquietações entre os atores. A interação e colaboração têm sido motivo de reflexões profundas no seio das forças armadas. Esta interface é percebida por muitos como fundamental para o sucesso das operações (LUZ, 2019).

Karen Guttieri (2004) examina especificamente a interação civil-militar no âmbito da construção da paz, salientando que o sucesso destas operações dependem fundamentalmente da capacidade de colaboração e compreensão mútua entre os atores civis e militares. A autora sublinha a importância de mecanismos de governança que garantam uma cooperação

efetiva, que é essencial para a construção de uma paz duradoura.

Os militares frequentemente reconhecem a indispensabilidade do conhecimento local, *expertise* e recursos que os atores civis trazem para o teatro operacional. Estes últimos, por estarem imersos no contexto e muitas vezes contando com uma compreensão profunda dos intrincados aspectos sociopolíticos da área, proporcionam subsídios que podem ser cruciais para o planejamento e execução de operações (ANDRADE e FRANCO, 2021).

A estrutura hierárquica e protocolar das forças armadas contrasta, em muitos casos, com abordagens mais flexíveis e adaptáveis de organizações. Esta dinâmica requer uma comunicação clara e mecanismos eficientes de coordenação para garantir que ambos os lados trabalhem de forma sinérgica. Treinamentos conjuntos, exercícios de simulação e fóruns de diálogo têm sido estabelecidos em diversas missões, buscando harmonizar as ações e compreensões (COSTA, 2022).

O desenvolvimento de mandatos é frequentemente influenciado, e às vezes até moldado, pelas dinâmicas de poder subjacentes presentes no contexto em questão. Estas dinâmicas, muitas vezes entrelaçadas nas redes de interesses locais, regionais e internacionais, podem tanto facilitar quanto obstruir os esforços de pacificação. Em primeiro plano, as relações de poder no nível local são cruciais. Fatores como influência tribal, lealdades étnicas e religiosas, ou até mesmo rivalidades entre facções, podem determinar o sucesso ou fracasso de iniciativas específicas. Missões que não compreendem ou ignoram estas nuances correm o risco de enfrentar resistências significativas ou, pior ainda, de exacerbarem tensões existentes (LAVALL e OLSSON, 2019).

Países vizinhos, movidos por seus próprios interesses geopolíticos, podem influenciar de maneira decisiva para os desdobramentos no terreno. Seja por meio do apoio a grupos específicos, seja pela manipulação de recursos ou pressões diplomáticas, a dinâmica regional pode complementar ou se opor aos objetivos da missão (AMARAL, 2021).

No panorama internacional, as grandes potências e seus interesses geopolíticos não podem ser desconsiderados. Suas decisões, frequentemente tomadas em foros como o Conselho de Segurança da ONU, determinam não apenas o escopo dos mandatos, mas também os recursos disponíveis e o nível de comprometimento internacional para a causa.

A interação entre estas múltiplas camadas de poder cria um ambiente muitas vezes volátil. A realização eficaz de um mandato requer,

portanto, uma leitura atenta e contínua destas dinâmicas e a capacidade de adaptar-se a mudanças rapidamente (ABREU, 2020).

A eficácia das missões de paz é muitas vezes determinada pela qualidade da comunicação e pelo nível de treinamento conjunto entre os diversos atores envolvidos. Estes elementos, essenciais para a coesão e coordenação das ações no terreno, têm potencial de elevar a eficiência dos esforços empreendidos (NUNES, 2021).

A comunicação clara, transparente e oportuna é a pedra angular de qualquer operação colaborativa. No contexto, onde diferentes atores - tanto civis quanto militares - interagem em ambientes frequentemente complexos e voláteis, a capacidade de transmitir informações de forma precisa e rápida torna-se ainda mais crítica. Falhas na comunicação podem resultar em mal-entendidos, ações descoordenadas e, em casos extremos, tragédias evitáveis (ROCHA JUNIOR, 2018). Paralelamente à comunicação, o treinamento conjunto surge como uma ferramenta indispensável. Ele serve não apenas para padronizar procedimentos e práticas, mas também para construir confiança e compreensão mútua entre diferentes grupos. Ao treinar juntos, civis e militares têm a oportunidade de entender melhor os papéis, capacidades e limitações uns dos outros. Esta familiaridade ajuda a prevenir conflitos internos e promove uma abordagem mais integrada e harmoniosa na execução dos mandatos (CARVALHO, 2019).

Através de simulações realísticas e exercícios práticos, os participantes podem testar e aprimorar suas habilidades, bem como identificar áreas que requerem atenção adicional. A colaboração em missões de paz tem uma história repleta de nuances, com exemplos marcantes tanto de sucessos quanto de desafios. Ao analisar estudos de caso específicos, torna-se possível discernir padrões, práticas recomendadas e áreas que requerem maior atenção (GÓIS, 2023).

Um caso emblemático de sucesso pode ser observado em operações onde a integração ocorreu de maneira quase orgânica. Nestas situações, a comunicação fluida e o entendimento mútuo contribuíram para ações coordenadas, resultando em intervenções mais eficazes e na proteção ampliada das populações locais. Estas operações beneficiaram-se de treinamentos conjuntos prévios, uma clara definição de papéis e responsabilidades, e um compromisso compartilhado com os objetivos da missão (LEITE, 2019).

Porém, em determinadas missões, a falta de coordenação e compreensão entre os grupos levou a ações desalinhadas, redundâncias e, em alguns casos, até mesmo a confrontos indesejados. Nestes contextos, a ausência de uma comunicação robusta e de preparação conjunta tornou-se evidente, e os impactos negativos dessas lacunas manifestaram-se no terreno.

Estes desafios, contudo, fornecem lições valiosas. Indicam áreas que necessitam de refinamento e revelam a importância da construção contínua de confiança e entendimento entre ambos. Os desafios enfrentados reforçam a necessidade de investimento em treinamento, planejamento e mecanismos de *feedback* que permitam ajustes em tempo real (ANDRADE, HAMANN e SOARES, 2019).

A colaboração em contextos de missão de paz é uma intersecção delicada que transcende a mera interação de dois grupos distintos. Está, na realidade, no cerne do que torna uma missão de paz verdadeiramente eficaz e resiliente. Enquanto os militares trazem uma capacidade operacional e logística robusta, os atores civis muitas vezes oferecem uma profunda compreensão do terreno sociocultural e das necessidades da população. A complementaridade desses papéis é evidente, mas a sua harmonização em um teatro de operações é um desafio contínuo (BEZERRA, 2019).

O aparato militar, com sua estrutura hierárquica e disciplinada, opera com base em mandatos claros e ordens precisas. Em contraste, as organizações civis muitas vezes valorizam a flexibilidade, a capacidade de adaptar-se às mudanças no terreno e responder às necessidades emergentes. Estas diferenças, se não forem adequadamente abordadas, podem resultar em atritos e incompatibilidades operacionais (FERNANDES, 2020).

O reconhecimento e a valorização dos pontos fortes de cada grupo são essenciais. A precisão e a eficiência militar podem servir de âncora em situações voláteis, enquanto a sensibilidade e a perspicácia civil podem fornecer elementos cruciais para abordagens mais abrangentes. A colaboração, portanto, é menos sobre a fusão dessas duas entidades e mais sobre a criação de um espaço onde ambas possam coexistir e complementar-se mutuamente (LUZ, 2019).

A construção de confiança não é uma tarefa que possa ser alcançada através de simples decretos ou orientações. Requer tempo, interação regular e, acima de tudo, experiências compartilhadas. Os exercícios de treinamento conjunto, as sessões de *briefing* e *debriefing* e as

avaliações colaborativas são instrumentos que podem cultivar esta confiança.

## **IMPACTOS E FUTURO DAS MISSÕES DE PAZ**

Em áreas de conflito, a presença de missões de paz representa frequentemente um baluarte contra escaladas de violência, garantindo um espaço de relativa estabilidade em cenários tumultuados. Ao examinar os resultados concretos dessas operações, observa-se uma multiplicidade de impactos que vão além da mera preservação da ordem.

Volker Franke (2006) aborda o dilema da construção da paz com foco na cooperação civil-militar em operações de estabilidade. Franke aponta que, enquanto os militares muitas vezes detêm a supremacia no que diz respeito à segurança e à logística, o papel das Nações Unidas é fundamental para assegurar que os civis mantenham a liderança nos processos de reconstrução e governança, enfatizando assim a necessidade de uma regulação que harmonize a interação entre os poderes civil e militar.

Em regiões onde confrontos armados são uma realidade cotidiana, a intervenção pode deter avanços agressivos, protegendo comunidades vulneráveis de atrocidades maiores. Estas operações, frequentemente, instauram zonas desmilitarizadas, onde a população pode encontrar refúgio e assistência humanitária essencial (MARQUES, 2018).

Ademais, em muitos cenários, elas facilitaram diálogos entre partes em conflito. Através da mediação e da construção de espaços neutros para negociação, estas operações têm desempenhado um papel instrumental na busca por soluções políticas duradouras. O fomento à diplomacia, neste contexto, resulta em acordos de paz e cessar-fogo que, embora por vezes frágeis, representam passos significativos rumo à resolução de conflitos (Costa, 2022). Com o apoio e supervisão das missões, muitas áreas de conflito viram o renascimento de instituições, desde sistemas judiciais até órgãos de administração local, que haviam sido debilitados ou desmantelados (CAMPOS, 2021).

Ao analisar o sistema internacional e o arcabouço normativo que regula as relações de poder, a Organização das Nações Unidas surge como uma entidade central na modulação desses dinamismos. Ao longo dos anos, as implicações decorrentes do papel de regulador assumido pela ONU revelam-se profundas e duradouras no cenário geopolítico (ANDRADE e FRANCO, 2021).

Deve-se reconhecer que a organização, ao estabelecer padrões de conduta e promover normas globais, influencia a natureza da política internacional. As nações, ao interagirem sob essa égide, encontram-se sujeitas a uma série de obrigações e responsabilidades que moldam seu comportamento no cenário global. Por meio de resoluções e tratados, ela delimita as margens aceitáveis de ação estatal, criando um senso compartilhado de regras e normas (GLASSMANN, 2020).

Enquanto os Estados soberanos retêm a primazia em suas decisões internas, em assuntos de relevância global, ela proporciona uma plataforma onde nações menores e grupos subestatais têm voz. Tal dinâmica promove uma espécie de equilíbrio, ainda que tênue, na distribuição do poder global (GUERRA e BLANCO, 2018).

As missões de paz e as intervenções da ONU em conflitos têm consequências de longo prazo na reconfiguração das relações de poder regionais. Muitas vezes, essas operações conduzem à redefinição de fronteiras, à instauração de novos governos ou à garantia de autonomia para grupos anteriormente marginalizados. Ao contemplar o horizonte de desafios futuros que se avizinham, torna-se vital uma abordagem proativa e adaptável. Elas, conduzidas principalmente sob o mandato da Organização das Nações Unidas, precisam antecipar e se adaptar a cenários em rápida transformação, sejam eles políticos, ambientais ou tecnológicos (MARQUES, 2018).

É preciso reconhecer que o teatro geopolítico atual não se assemelha ao do século passado. Conflitos assimétricos, protagonizados por atores não estatais, e crises resultantes de desequilíbrios socioeconômicos exigem uma nova abordagem. Diante disso, as missões de paz devem ser estruturadas de modo a abordar a causa raiz desses conflitos, em vez de apenas lidar com os sintomas (PARENTI e PAULA, 2019).

A preparação adequada também envolve uma compreensão profunda das tecnologias emergentes. O uso de drones, cibersegurança e meios digitais na coleta de informações podem ser um recurso valioso. Contudo, tais tecnologias também apresentam ameaças, exigindo que as forças de paz estejam equipadas não apenas com ferramentas modernas, mas também com treinamento e conhecimento para navegarem por este novo ambiente (ROCHA JUNIOR, 2018).

A variável ambiental também não pode ser negligenciada. Com a crescente preocupação em relação às mudanças climáticas e seus efeitos sobre migrações, recursos naturais e conflitos por escassez de recursos, estas deverão, cada vez mais, incorporar especialistas em clima e recursos naturais em suas equipes (ROZAS, 2019).

Quando se aborda a otimização da colaboração entre civis e militares em missões de paz, vários elementos críticos surgem para moldar uma interação produtiva e harmoniosa. A sinergia entre estes dois grupos é de suma importância, considerando as particularidades e contribuições que cada um pode oferecer para alcançar os objetivos comuns (ABREU, 2020).

Criar canais de diálogo eficazes, onde ambas as partes possam expressar preocupações, compartilhar informações e coordenar esforços, deve ser uma prioridade. A construção de confiança mútua se origina de entendimentos claros e do reconhecimento do valor e expertise que cada parte traz à mesa (ANDRADE e FRANCO, 2021).

Ademais, treinamentos conjuntos surgem como um meio inestimável para fomentar a compreensão mútua. Através de simulações, exercícios práticos e sessões de formação integradas, civis e militares podem não apenas afinar suas habilidades operacionais, mas também cultivar uma apreciação mais profunda pelos desafios e perspectivas que cada grupo enfrenta (LEITE, 2019).

Estabelecer sistemas onde civis e militares possam avaliar periodicamente a eficácia de sua colaboração permite ajustes contínuos, garantindo que os esforços sejam sempre orientados para a eficiência. A flexibilidade operacional também é essencial. Em ambientes dinâmicos, a capacidade de adaptar estratégias e táticas, levando em consideração os informes e recomendações de ambos os grupos, pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso de uma missão (PARENTI e PAULA, 2019).

Em um mundo em constante mudança, marcado por desafios geopolíticos e sociais cada vez mais complexos, a capacidade de adaptação e inovação emerge como um pilar essencial para o sucesso das futuras missões de paz. À medida que os teatros de operações evoluem e as dinâmicas de conflito se transformam, as abordagens tradicionais podem rapidamente tornar-se obsoletas, exigindo novas estratégias e táticas.

É vital compreender que o cenário global não é estático. Novas ameaças, desde conflitos híbridos até desafios tecnológicos, surgem no horizonte, o que demanda uma revisão e atualização constantes das metodologias empregadas. Ignorar esta necessidade pode colocar em risco não apenas o sucesso das missões, mas também a segurança dos envolvidos (GUERRA e BLANCO, 2018).

A inovação, nesse contexto, não se refere apenas à incorporação de novas tecnologias ou ferramentas, embora estas sejam certamente fundamentais. Refere-se também à capacidade de repensar estratégias, de reavaliar abordagens e de estar aberto a novas ideias e colaborações. Uma mentalidade inovadora pode identificar oportunidades onde outros veem apenas desafios.

Adicionalmente, a importância da formação e capacitação contínua não pode ser subestimada. À medida que novas técnicas e abordagens são desenvolvidas, é imperativo que os envolvidos estejam equipados com o conhecimento e habilidades necessárias para implementá-las de forma eficaz (CAMPOS, 2021).

A colaboração interdisciplinar e a troca de informações entre diferentes entidades e setores também se apresentam como cruciais. Diferentes perspectivas podem oferecer soluções únicas para desafios aparentemente insuperáveis, e a sinergia entre diversos atores pode propiciar abordagens mais integradas. As missões de paz, ao longo de sua trajetória, têm enfrentado desafios multifacetados, desde questões políticas até ameaças no terreno. Em um contexto globalizado, a paisagem dos conflitos é alterada rapidamente, obrigando os intervenientes a se reajustarem constantemente. O futuro delas, portanto, dependerá intrinsecamente de sua capacidade de inovação e adaptação (MARQUES, 2018).

Kenkel (2013) traz à tona a evolução das operações de manutenção da paz, traçando um panorama que vai desde a presença discreta de observadores militares até iniciativas complexas que visam a reconstrução dos Estados. Este *continuum* revela uma mudança significativa na abordagem das Nações Unidas, que gradualmente passou a abranger aspectos da reconstrução civil, evidenciando um papel regulador nas relações de poder entre civis e militares durante tais operações.

No coração dessa evolução está a crescente interconectividade global. A era digital trouxe consigo avanços tecnológicos que, por um lado, oferecem ferramentas poderosas para monitoramento, comunicação e gestão de crises. No entanto, também apresentam novos desafios, como a disseminação de desinformação, a crescente ameaça cibernética e o uso de tecnologias disruptivas por atores não estatais. A capacidade de se adaptar a esse novo terreno digital será essencial para garantir que as missões de paz permaneçam relevantes e eficazes (GLASSMANN, 2020).

A complexidade dos conflitos modernos exige uma abordagem mais integrada. Conflitos não são mais restritos a disputas entre Estados, mas envolvem uma miríade de atores, desde grupos armados até organizações criminosas transnacionais. Para serem bem-sucedidas, precisarão desenvolver estratégias que considerem todas essas dimensões, exigindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas locais e regionais (LEITE, 2019).

Por outro lado, Michael Pugh, em seus trabalhos de 2000 e 2001, investiga as relações civis-militares em contextos de operações de suporte à paz, destacando uma tendência hegemônica das forças militares em tais ambientes. Pugh (2000; 2001) argumenta que, embora essas operações tenham o objetivo declarado de emancipação e apoio à reconstrução civil, frequentemente ocorre uma predominância dos atores militares, o que pode comprometer a autonomia e o empoderamento dos civis, uma dinâmica que as Nações Unidas precisam regular e equilibrar cuidadosamente.

A importância da colaboração e parceria torna-se ainda mais evidente nesse cenário. A cooperação entre diferentes atores sejam eles Estados, organizações internacionais ou entidades locais, pode proporcionar uma visão mais ampla e uma resposta mais coordenada. A troca de informações, a partilha de recursos e a colaboração estratégica são fundamentais para superar desafios que, muitas vezes, ultrapassam as capacidades de uma única entidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o objetivo de atingir as metas propostas, este estudo testou a hipótese de que a ONU influencia e regula efetivamente as relações de poder entre civis e militares em missões de paz. Verificou-se que as

diretrizes têm um papel fundamental na moldagem das interações entre civis e militares, mas a eficácia real destas diretrizes é muitas vezes desafiada pelas complexidades no terreno e pelas dinâmicas de poder intrínsecas a zonas de conflito. O equilíbrio destas relações é essencial para a consecução dos objetivos, mas há uma necessidade contínua de adaptação e revisão à luz dos desafios emergentes. Isso corrobora a suposição inicial de que, enquanto a ONU desempenha um papel regulador significativo, a dinâmica no terreno é fluida e exige uma abordagem flexível.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Guilherme de Souza. **A participação militar em operações de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas como instrumento da política externa brasileira.** 2020.

AMARAL, André Felipe Hee Terra. **O preparo dos militares do Exército para emprego em missões de paz em conjunto com a Organização das Nações Unidas.** 2021.

ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. **Operações de paz da onu como instrumento de política externa do Brasil.** 2021

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades.** 2019.

BAREA, Leonardo de Souza. **Operações de manutenção da paz nações unidas: reflexões acerca da multidimensionalidade sobre os casos de Timor Leste e Haiti.** 2021.

BEZERRA, Juliana Soares Araújo. **A relação custo-benefício da participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas: estudo de caso da MINUSTAH.** 2019.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite de. **A participação militar e a possível securitização da assistência humanitária: o caso da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS).** 2021.

CARVALHO, Luã Mascarenhas de. **O papel da cooperação civil-militar (CIMIC) na proteção de civis na missão das nações unidas para estabilização do Haiti.** 2019.

COSTA, Hugo Bras Martins da. **Política externa brasileira e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas.** 2022.

DOURADO, Simone; RIBEIRO, Ednaldo. **Metodologia qualitativa e quantitativa.** Editora chefe Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira Editora executiva Natalia Oliveira Assistente editorial, p. 12, 2023.

FERNANDES, Fernanda Righetto. **A legitimidade da organização das Nações Unidas (ONU) para as operações de peace enforcement.**

Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 1, n. 21, 2020.

FRANKE, Volker. ***The Peacebuilding Dilemma: Civil-Military Cooperation in Stability Operations.*** in *International Journal of Peace Studies*, 11(2), 5-25, 2006.

GLASSMANN, Fabricio. **A importância da projeção militar do Brasil em função da sua atuação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).** 2020.

GÓIS, Carolina Côrtes. **Operações de Paz das Nações Unidas: A Paz Liberal enquanto Empecilho para o Fim Desejado-Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo à luz de uma análise crítica.** 2023.

GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon. **A construção da paz no cenário internacional: do peacekeeping tradicional às críticas ao peacebuilding liberal.** Carta Internacional, v. 13, n. 2, 2018.

GUTTIERI, Karen. ***Civil-Military Relations in Peacebuilding.*** *Sicherheitspolitik und Friedensforschung*, 2, 79-85, 2004.

KENKEL, Kai Michael ***Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue".*** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56:1, 122-143, 2013.

LAVALL, Tuana Paula; OLSSON, Giovanni. **Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas.** Direito e Desenvolvimento, v. 10, n. 1, 2019.

LEITE, Bruno Ferreira. **A importância da projeção do Brasil atuando como força de paz nas missões da Organização das Nações Unidas: características que uma nova missão deveria possuir para obter a mesma projeção internacional que o Brasil alcançou com a MINUSTAH.** 2019.

LUZ, Benhur Gonçalves da. **A importância do emprego de meios civis no teatro de operações de paz sob a égide das Nações Unidas.** 2019.

MARQUES, Adriana. **Missões de paz e relações civis-militares: reflexões sobre o caso brasileiro.** AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.7, n. 14, 2018.

MARTINS FILHO, Elias Rodrigues; UZIEL, Eduardo. **As operações de manutenção da paz e o Secretariado das Nações Unidas.** Política Externa, 24:1/2, 107 – 135, 2015.

NASCIMENTO, Gustavo Viana do. **O uso da força nas operações de paz, por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), e suas consequências sobre o princípio da soberania estatal.** 2021.

NUNES, Juliana Andréia Burkhart de Oliveira. **A responsabilidade das Nações Unidas frente às violações de direitos humanos: a exploração e o abuso sexual cometidos pelos peacekeepers durante as missões**

**de paz: o caso da MINUSTAH. 2021**

PARENTI, Maria Carolina Chiquinatto; PAULA, Leonardo Dias de. **Coordenação civil-militar em operações de paz da organização das Nações Unidas: características e desafios.** REI-Revista de Estudos Internacionais, v. 10, n. 3, 2019.

PINTO, Luiz Vicente Pereira. **O Paradigma da Proteção de Civis (PoC) em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU): um estudo de caso da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI).** 2020.

PUGH, Michael. *Civil-Military Relations in Peace Support Operations: Hegemony or emancipation?* 2001.

PUGH, Michael. *Civil-Military Relations in the Kosovo Crisis: An Emerging Hegemony?* in *Security Dialogue*, 31(2), 229-242, 2000.

ROCHA JUNIOR, Sérgio Corrêa da. **As relações entre civis e militares nas operações de paz multidimensionais.** 2018.

ROMÃO, Maurício Costa. **Uma proposta de extensão do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 13, 2023.

ROZAS, Rodrigo. **Os principais fatores e desafios que influenciam as operações de paz multidimensionais da Organização das Nações Unidas na atualidade.** 2019.

SOUZA, Sara da Silva. **Os impactos da atuação de militares da saúde em ações cívico-sociais do exército brasileiro em missões de paz da organização das nações unidas no Haiti.** 2021.

UZIEL, Eduardo; VARGAS, João A. C. **A política do financiamento das operações de manutenção da paz.** Coleção Meira Mattos, 12:45, 89-103, 2018.

ZECA, Emílio Jovando. **Relações Civis-Militares na CPLP: desafios e perspectivas.** 2020.